



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 10**

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 10 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 10)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-467-2 DOI 10.22533/at.ed.672191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BILDUNG E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Munir José Lauer	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910071	
CAPÍTULO 2	11
A JUSTIÇA E A META 19: QUESTÕES EM TORNO DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.6721910072	
CAPÍTULO 3	20
A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Renata Riva Finatti	
DOI 10.22533/at.ed.6721910073	
CAPÍTULO 4	36
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROUNI: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS BOLSISTAS E O CONTEXTO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA	
Leonardo Nascimento de Lima	
Lorena Machado do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910074	
CAPÍTULO 5	47
CHARTER SCHOOLS E CONTRATOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO: DEBATENDO SOBRE LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Henrique Dias Gomes de Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.6721910075	
CAPÍTULO 6	57
CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÍSIO TEIXEIRA (1951 A 1964)	
Pedro Henrique Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910076	
CAPÍTULO 7	70
DIFICULTADORES NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL EM BOA VISTA/RR	
Eduardo Tarragó	
Saiuri Totta Tarragó	
DOI 10.22533/at.ed.6721910077	
CAPÍTULO 8	84
DIVULGANDO O IFPR – O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS	
Leandro Rafael Pinto	
Wilson Lemos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6721910078	

CAPÍTULO 9	101
GESTÃO DEMOCRÁTICA: AÇÕES VIVENCIADAS EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA ZONA LESTE DE MANAUS-AM	
Francisca Arlete Costa de Oliveira Márcio Silveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910079	
CAPÍTULO 10	114
PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS EM AÇÃO	
Luciane Spanhol Bordignon Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100710	
CAPÍTULO 11	127
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Emeline Dias Lódi	
DOI 10.22533/at.ed.67219100711	
CAPÍTULO 12	135
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Rosa Maria da Silva Kátia Cristina Nascimento Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.67219100712	
CAPÍTULO 13	145
AÇÕES INTEGRADORAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RESULTADOS DE UMA INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO	
Nirlei Terezinha Teodoro Paulo Vitor Teodoro de Souza Nicéa Quintino Amauro	
DOI 10.22533/at.ed.67219100713	
CAPÍTULO 14	151
EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS	
Deuzeni Gomes da Silva Sônia Santana da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.67219100714	
CAPÍTULO 15	159
ENSINO MÉDIO NO CAMPO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEI 13.415 DE 2017	
Claudemir Lourenção	
DOI 10.22533/at.ed.67219100715	
CAPÍTULO 16	174
INSTRUMENTOS ORGANIZACIONAIS DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Madison Rocha Ribeiro Genylton Odilon Rêgo da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100716	

CAPÍTULO 17	189
INTEGRAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO INTEGRAL: TRAJETÓRIAS E INTER-RELAÇÕES	
Jane Bittencourt	
Ilana Laterman	
DOI 10.22533/at.ed.67219100717	
CAPÍTULO 18	204
O PAPEL DO COORDENADOR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	
Evaldo Batista Mariano Júnior	
Márcia Helena Silva de Oliveira	
Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100718	
CAPÍTULO 19	215
PROJETO GUAPORÉ DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERRUPÇÃO DO PROGRAMA	
Francisco Roberto da Silva de Carvalho	
Silvana de Fátima dos Santos	
Carmem Tereza Velanga	
DOI 10.22533/at.ed.67219100719	
CAPÍTULO 20	226
INTERCÂMBIO CULTURAL E IDENTIDADE JUVENIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.67219100720	
CAPÍTULO 21	240
O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA NUMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS	
Marta Coelho Castro Troquez	
Elda Do Val Haerberlin Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.67219100721	
CAPÍTULO 22	250
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL (2002-2012): UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE COTAS PARA NEGROS	
Paulo Alberto dos Santos Vieira	
Priscila Martins de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.67219100722	
CAPÍTULO 23	268
POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL	
Ana Luiza Tomazetti Scholz	
Luiza Bäumer Mendes	
Josiane Lieberknecht Wathier Abaid	
DOI 10.22533/at.ed.67219100723	

CAPÍTULO 24	277
RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: TENSÕES E DISPUTAS NO PNE E NOS PEES E PMEs	
Telmo Marcon	
Ana Lucia Kapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100724	
CAPÍTULO 25	290
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.67219100725	
SOBRE O ORGANIZADOR	308

A BILDUNG E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Munir José Lauer

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu)

Universidade de Passo Fundo – UPF
Passo Fundo – RS

Carmem Lucia Albrecht da Silveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu)

Universidade de Passo Fundo – UPF
Passo Fundo – RS

RESUMO: O presente estudo tem como propósito comportar a ideia de *Bildung* como elemento preponderante para “se ter uma” gestão escolar democrática. Tomando como questão central abordar se a *Bildung* poderia possibilitar a compreensão da concepção de gestão democrática apresentada em ambiente escolar (ou a sua falta). O estudo caracteriza-se como bibliográfico, de caráter qualitativo. Realiza-se inicialmente uma breve abordagem sobre o conceito de *Bildung*, e posteriormente, da ideia de formação cultural como elemento necessário à objetivação de uma gestão democrática. Dá-se ênfase a contextualizações referentes à participação da comunidade na escola e à autonomia dos sujeitos. A efetivação de ações em ambientes escolares, condizentes com a concepção de gestão democrática, é estreitamente vinculada com a formação cultural

obtida/construída pelos sujeitos no decorrer de sua existência. Indicações proximais à gestão democrática, como participação e autonomia, somente adquirem status potenciais de efetivação no ambiente escolar, a partir da relação de auto formação e conhecimento de si, por parte dos indivíduos pertencentes ao meio com o próprio meio.

PALAVRAS-CHAVES: *Bildung*, Formação cultural, Gestão democrática.

ABSTRACT: The aim of this study is to understand the idea of *Bildung* as an essential element for “having a” democratic school management. It takes as a central point to approach *Bildung* acting as an intermediary in the conception of democratic management practiced in the school environment (or their lack). The study covers, methodologically, the bibliographic and qualitative character. Initially, the text conceptualizes the *Bildung* theme, followed by the conceptual assumptions of cultural formation, as elements necessary for the objectification of democratic management. Emphasis is placed on contextualizations regarding community participation and the autonomy of subjects in school spaces. The implementation of actions in school environments, attributed to the concept of democratic management, are linked to the cultural formation obtained/constructed by the subjects during the course of their existence.

The aspects identifying democratic management as participation and autonomy, only acquire potential status of effectiveness in the school environment from the relationship of self-formation and self-knowledge, on the part of the individuals belonging to the environment with their own environment.

KEYWORDS: Bildung, cultural formation, democratic management.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o propósito de estudar a conceituação do termo Bildung, como elemento preponderante para “se ter uma” gestão escolar democrática. Para tal, toma-se como questão central, a abordagem tratando de Bildung, enquanto facilitadora da compreensão do caráter da gestão democrática presente na instituição escolar (ou a ausência da mesma).

A contextualização necessária de Bildung evidencia a tentativa em compreender as características da gestão escolar, tanto democrático-participativas quanto autoritárias, e diretamente adotadas pelo gestor nas suas ações cotidianas na escola. A compreensão de gestão (por parte dos gestores e do Estado) tornou-se integrante da formação cultural inerente aos sujeitos que compõe a sociedade. Direcionamentos e posicionamentos de gestores e professores refletem a sua forma de “ver e compreender o mundo”, a sua formação enquanto “seres individuais” vinculados ao “todo” da sociedade.

Num primeiro momento, o estudo traz uma breve abordagem sobre o conceito de Bildung. Posteriormente, aborda a ideia da formação cultural como elemento determinante na objetivação da gestão escolar democrática, enfatizando sobre a participação da comunidade em questões inerentes à gestão das atividades escolares, expressando a autonomia dos sujeitos; e ainda, de questões relativas a postura autoritária da atuação do diretor escolar e das determinações emanadas pelo Estado.

2 | O CONCEITO DE BILDUNG

No que se refere à ideia de formação, os gregos traduziram-na como *Paideia*, os latinos como *Humanitas* e os modernos (alemães) como *Bildung*. Independente do período e das distintas tradições culturais e pedagógicas que as separam, há em comum a concepção de formação cultural como escopo da constituição do humano (CENCI, 2016).

Cenci (2016), mencionando Berman (apud Suarez, 2005) cita que o conceito de Bildung, num sentido mais amplo e conhecido, significa formação cultural. A palavra alemã *Bildung*, na sua utilização, remete-nos para falar no grau de “formação” de um indivíduo, um povo, uma língua, uma arte. Acima de tudo, Bildung tem uma forte conotação pedagógica e designa a formação como processo. Por sua vez, (Fabre 2011, p. 216) enfatiza que

[...] la Bildung es trabajo sobre sí mismo, cultivo de los talentos para el perfeccionamiento propio. Ella apunta a hacer de la individualidad una totalidad armoniosa, lo más rica posible, totalidad que en cada uno permanece vinculada a su estilo singular, a su originalidade.

Zuin, Pucci e Oliveira (2000), embasados em Adorno, mencionam que o conceito de formação cultural possui fortes laços com a própria história alemã, em que o termo formação cultural é intrínseco a cultura (*kultur*), sendo praticamente similares. Enquanto *Kultur* aproxima-se das realizações humanas objetivas, a *Bildung* possui vinculações às transformações da esfera subjetiva. A base de ambos os conceitos está relacionada à ascensão da classe burguesa alemã, responsável pelas produções culturais que sinalizavam um futuro diferenciado dos hábitos e costumes sustentados pelos nobres europeus. O futuro idealizado, “[...] seria aquele em que a formação cultural poderia ser objetivada, de tal maneira que haveria um auto reconhecimento do espírito, numa miríade de manifestações culturais, a saber, a filosofia, a arte, a ciência, a literatura e a música, entre outros” (ZUIN, PUCCI, OLIVEIRA, 2000, p. 56).

No intento de relacionar a conceituação de Bildung com a tradicional caracterização daquilo que define o perfil da função/ação da gestão escolar, torna-se possível compreender que a autonomia indica o pilar fundamental para o processo de formação na atividade humana. Portanto, necessária aos sistemas democráticos e de participação dos integrantes das comunidades escolares, indo além da mera formalização da representatividade. Assim, conforme Tommaselli (2012, p.35),

[...] a cultura que privilegia o desenvolvimento da *Bildung* tem como objetivo final o desenvolvimento das potencialidades humanas, em seu grau mais elevado, fato esse que proporcionaria uma sociedade mais humanizada, gerando condições para a produção de indivíduos independentes, criativos e autônomos. A idéia de *Bildung* presente na discussão teórica de Adorno e dos filósofos da escola de Frankfurt tem como ideal esse desenvolvimento completo da *Bildung*, como característica fundamental da essência humana. Nesse contexto, a autonomia é um elemento fundamental para que esse processo se efetive com sucesso, visto que ela é uma das potencialidades intrínsecas ao ser humano e que, contudo, se encontra adormecida nesse momento.

3 | A FORMAÇÃO COMO ELEMENTO NECESSÁRIO A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A formação é a cultura vista pelo lado de sua apropriação subjetiva, no entanto possui um duplo caráter: inerente à sociedade e realiza a intermediação entre esta e a semiformação. Apropriando-se da linguagem alemã atual, se compreende cultura como a cultura do espírito. O conceito de formação, conforme construído historicamente, emancipou-se com a burguesia, e rompeu com antigas tradições, principalmente teológicas. A formação adquiriu sentido de reflexão e consciência de si mesma; sua efetivação seria a de aderir a uma sociedade burguesa de indivíduos livres e iguais. A formação serviria como suporte aos indivíduos cientes de sua própria consciência,

mesmo atuando em sociedade, formação essa tida como condição vinculante a uma sociedade autônoma, isto é, quanto mais lúcido o singular, mais lúcido o todo (ADORNO, 1996).

A aproximação entre formação cultural e gestão democrática adquire status de imprescindibilidade. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), a concepção democrática-participativa tem sua base na relação orgânica entre a direção e a participação dos demais sujeitos da equipe, posiciona-se no sentido da busca de objetivos comuns por todos, enfatizando a tomada de decisões coletivas. No entanto, após as decisões tomadas coletivamente, cada membro da equipe deve assumir sua parte no trabalho, submetendo-se a coordenação e avaliação sistemática.

Esse sistema de organização escolar fortalece a combinação sobre as relações humanas e sobre a participação das decisões focando o êxito dos objetivos específicos da escola, valorizando os mecanismos internos do processo organizacional: o planejamento, a organização, a direção, a avaliação. A gestão participativa, além de propiciar elementos vinculantes ao exercício da gestão democrática, se coloca, como um direito de cidadania, requerendo deveres e responsabilidades. Isto é, “[...] a gestão democrática, por um lado, é a atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns; por outro, depende também de capacidades e responsabilidades individuais e de uma ação coordenada e controlada” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003, p. 326).

O entendimento de que se há sobre gestão democrática, e conseqüentemente as ações dos sujeitos envolvidos nesse processo, é inerente a formação dos mesmos mediante preceitos humanísticos, democráticos (ou não). Na ideia de formação cultural se acredita,

[...] uma humanidade sem *status* e sem exploração, e tão logo ela se deixa contaminar com isso e se imiscui na práxis dos fins particulares dignificados como trabalho socialmente útil, ela comete sacrilégio a si mesma. Ela, no entanto, não se torna menos culpada por sua pureza, que se torna ideologia (ADORNO, 1996, p. 28).

Sobre a ideia de formação, repontam momentos de finalidade, esses a priori, deveriam capacitar os indivíduos a tornarem-se postulantes da razão, em uma sociedade também racional, sendo sujeitos livres em uma sociedade livre, portanto,

[...] isso seria tanto melhor atingido quanto mais cada um estivesse formado por si mesmo. E quanto menos as relações sociais, em especial as diferenças econômicas, cumprem esta promessa, tanto mais energicamente se estará proibido de pensar no sentido e na finalidade da formação cultural. Não se deve tocar na ferida de que ela, sozinha, não garante uma sociedade racional. Aferra-se desde o começo à enganosa esperança de que a formação cultural poderia, por si mesma, fornecer aos homens o que a realidade lhes recusa. O sonho da formação — a libertação da imposição dos meios e da estúpida e mesquinha utilidade — é falsificado em apologia de um mundo organizado justamente por aquela imposição. No ideal de formação, que a cultura institui de maneira absoluta, destila-se o caráter duvidoso da cultura (ADORNO, 1996, p. 29).

Partindo do pressuposto, de que há a necessidade, de comportar a ideia de

formação para “se ter” uma gestão escolar democrática, é imperativo o papel da comunidade escolar nesse sistema. Quando menciona-se “gestão democrática da escola”, implicitamente deve estar a participação da comunidade no processo de gestão. Entretanto, quando se utiliza a terminologia “gestão democrática da escola”, para analisar os vínculos que tal gestão possui com a comunidade, torna-se possível a caricatura destinando

[...] a ela um caráter de exterioridade ao processo democrático que se daria no interior da escola como se, consubstanciada a democracia na unidade escolar, a comunidade fosse apenas mais um fator a ser administrado por meio das “relações” que com ela se estabelecessem (PARO, 1997, p. 15).

Paro (1997), por sua vez, reforça o fato de que, se entendemos a comunidade como elemento preponderante ao processo de democratização das relações na escola, é óbvio que uma gestão democrática deve contemplar a comunidade como parte integrante.

Conforme Adorno (2003), a essência é pensar a sociedade e a educação em seu devir, pois somente assim haveria a possibilidade de fixar alternativas históricas, tendo por princípio a emancipação de todos, no intuito dos indivíduos tornarem-se emanados de história, aptos à emancipação e à interrupção da barbárie. A educação não pode estar meramente vinculada à formação da consciência de si, sendo necessário desvincular-se do direcionamento “[...] subjetivista da subjetividade na sociedade capitalista burguesa. A “consciência” já não seria apreendida como constituída no plano das representações, sejam ideias oriundas da percepção ou da imaginação, ou da razão moral” (ADORNO, 2003, p. 16).

Contudo, “[...] seria apreendida como experiência objetiva na interação social e na relação com a natureza, ou seja, no âmbito do trabalho social” (ADORNO, 2003, p. 16). A formação, que por fim levaria os sujeitos à autonomia, requer levar em consideração as condições que estão dispostas a produção e a reprodução da vida humana na sociedade e seu vínculo com a natureza.

No que tange a autonomia dos sujeitos e suas relações em sociedade, objetivando mecanismos democráticos, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 328) salientam que “[...] a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”. Assim, a ideia de gestão democrática fundamenta-se no princípio de autonomia, que é a capacidade dos indivíduos e de grupos na livre condução da própria vida. Nesse sentido, a autonomia é encarada como contrária aos meios autoritários de tomada de decisão. Sua efetiva concretização dar-se-á mediante a participação, da definição de objetivos e processos, bem como, da construção coletiva dos espaços de trabalho nas instituições. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003).

Mesmo apresentando, a autonomia, uma terminologia estreitamente próxima ao termo – gestão democrática - podendo ser compreendida como causa, efeito, ou

natureza mesma da democratização da gestão, é um problema que ainda se põe de maneira complexa. O ambiente extremamente plural da educação pública, permeado por inúmeros elementos, interfaces e interdependências, resulta em diversos e contraditórios interesses. Geralmente, a autonomia (em especial, em ambientes escolares) é reivindicado, quando interesses e opiniões singulares são desmerecidos. Tal fato, se dá, em parte, pelo senso comum construído sobre a noção de autonomia vinculado com liberdade total ou independência total (LUCE e MEDEIROS, 2006).

A autonomia é um espaço de forças, onde se enfrentam e equilibram distintos possuidores de influência, seja, externa ou interna. Tais influências derivam tanto do governo, quanto, dos professores, educandos, pais e demais membros da sociedade local (BARROSO, 2013). Para o autor, a autonomia, assim, afirma-se “[...] como expressão da unidade social que é a escola e não preexiste à ação dos indivíduos. Ela é um conceito construído social e politicamente, pela interação dos diferentes atores organizacionais [...]” (p.27).

Por sua vez, a participação da comunidade na gestão da escola pública, encontra também, inúmeros entraves para se concretizar. Por isso, um dos princípios básicos para que haja a sua promoção é a convicção da relevância e necessidade da mesma. A evidência maior, pela necessidade da sociedade participar das organizações sociais, situa a fragilidade da democracia liberal, que restringe a maioria da população apenas ao ato de votar, privando-a dos processos de controle das ações governamentais, sendo perceptível que “[...] uma democracia efetiva exige controle democrático do Estado” (PARO, 1997, p. 17). Fazendo menção entre a participação e o contexto social econômico. A participação efetivada pela comunidade escolar, torna inerente à identificação com os problemas da comunidade, isto é, uma relação de aproximação ou afastamento: “[...] se a escola não participa da comunidade, por que irá a comunidade participar da escola? ” (PARO, 1997, p. 27).

Muitas experiências são desenvolvidas, sob o desígnio de ser participação, no entanto muitas dessas experiências apresentam resultados mais negativos do que positivos, em relação ao compromisso dos indivíduos envolvidos com a qualidade dos fins educacionais (LUCK et al, 2009). Tal situação efetiva-se “[...] quando, em nome da construção de uma sociedade democrática ou da promoção de maior envolvimento das pessoas nas organizações, promove-se a realização de atividades que possibilitem e até condicionem a sua participação, sem, contudo, estarem orientadas para a melhoria efetiva dos resultados educacionais [...]” (p. 17). Para Nogueira (2011), a gestão participativa, não trata-se de uma operação isenta de obstáculos, de dificuldades e de problemas. Ao contrário disso, conforme o autor, todo processo de intensificação democrática, em que a participação de indivíduos anteriormente excluídos dos processos de decisão, tendem a galgar espaços, torna a gestão participativa alvo de disputas, ataques, objeto de cobiça e manobras diversionistas.

Relacionando esses mecanismos entrepostos, isto é, a interação social e a natureza,

[...] ocorre uma interferência na apreensão da sociedade pelos seus “sujeitos” pelo mecanismo da “semiformação”: seja com conteúdo irracionais, seja com conteúdo conformistas. Em ambos os casos mobilizam-se traços autoritários da personalidade, conforme os estudos sobre “A personalidade autoritária”, desenvolvidos pelos frankfurtianos nos EUA. No primeiro caso, para apelos contra a razão e a vida intelectual e cultural; e no outro caso, favorecendo a fraqueza do eu, estimulando o comportamento de assimilação e adaptação das massas, canalizando os interesses ao existente” (ADORNO, 2003, p. 21).

Com isso, “[...] o conceito de “semiformação” constitui a base social de uma estrutura de dominação [...]” (ADORNO, 2003, p. 23). A transformação da escola remete à necessidade de sua apropriação pela classe trabalhadora, transformação essa, no sentido de mudança do sistema de autoridade e da distribuição do trabalho no interior da escola, que muitas vezes é hierarquizado, centrado na figura do diretor. O diretor, por um lado, é considerado a autoridade máxima na escola, dando a expressar poder e autonomia, mas por outro lado, é um “defensor do Estado”. Primeiramente, deve ter uma competência técnica e conhecimento dos princípios e métodos necessários à administração escolar, no entanto, perante os escalões superiores, não possui autonomia. Essa contradição, isto é, a falta de autonomia do diretor sinaliza a própria falta de autonomia da escola e, assim sendo, a escola torna-se um espaço não autônomo, que acaba refletindo no educando (e a classe trabalhadora), na apropriação do saber e na formação da consciência crítica (PARO, 1997).

Entre os autoritarismos da escola, os de ordem institucional, estão entre os que mais minimizam a efetivação das relações democráticas e, conseqüentemente, a participação da comunidade no contexto escolar. A escola pública, inserida na sociedade autoritária, organiza-se com base nas relações verticais, de mando e submissão, desprezando as relações horizontais, de cooperação e solidariedade entre indivíduos (PARO, 1997). Essa situação favorece a existência de “uma sociedade autoritária, com tradição autoritária, com organização autoritária, e não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orientando-se na direção oposta à da democracia” (PARO, 1997, p. 19).

Entre os elementos de caráter essencialmente políticos, está a negação do Estado em fornecer ensino de boa qualidade e, concomitantemente, do afastamento da gestão escolar dos indivíduos que poderiam agir de forma a obtê-la. Com isso, desenvolve-se uma esfera técnica, ao se exigir dos diretores cursos específicos para administração escolar, ressaltando a “instrumentalização” como meio para superação dos problemas da escola, como se o problema da escola fosse técnico (administração de recursos) e não político (omissão do Estado em propiciar recursos) (PARO, 1997).

Nesse viés, a concepção técnico-científica modela a ótica burocrática e tecnicista da escola. A direção centralizada está focada em uma única pessoa, as decisões dispõem de um caráter vertical, bastando executar um plano pré-elaborado, com a ausência da participação dos professores funcionários e educandos. A organização da escola detém uma realidade objetiva, de caráter técnico, planejada e organizada a fim de obter índices qualificados de eficácia e eficiência. Nesse sistema, de organização

hierarquizada da escolar estão explicitamente definidos os cargos, funções, normas e regulamentos. A versão conservadora dessa organização é denominada de administração clássica ou burocrática. A versão contemporânea é identificada como modelo de gestão da qualidade total, articulada por métodos e práticas da administração empresarial (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2003).

Contra-pondo-se a visão técnica, do contexto escolar, há apontamentos (conforme pesquisas realizadas por Vítor Paro em São Paulo), considerando a necessidade da participação da comunidade, na efetiva gestão da escola, com o pressuposto de fortalecer a autonomia em relação aos interesses do Estado. Torna-se evidente a frágil probabilidade do Estado em esforçar-se com a democratização do saber, restando a responsabilidade à sociedade civil (PARO, 1997).

Nesse sentido, é importante a reflexão sobre a distribuição da autoridade no interior da escola. Com isso, o diretor não estará perdendo o poder, pois não o detém, e sim ampliando as responsabilidades e possibilitando o “poder” à escola. A participação de todos os segmentos da escola (educadores, educandos, funcionários e pais), nas decisões sobre o encaminhamento de suas ações, poderá fornecer condições condizentes para reivindicar o fortalecimento da escola quanto a autonomia e a gestão de recursos. Nesse aspecto, o conselho escolar é um expoente a ser explorado (PARO, 1997).

A democratização se faz na prática, pois a democracia somente se concretiza por atos e relações que ocorrem no nível da realidade concreta. Segundo Paro (1997), tal contexto, apesar de apresentar obviedade, nem sempre é levado em consideração pelos educadores. Estes apropriam-se de concepções teóricas que ressaltam a necessária efetivação de uma prática social e escolar embasada em relações não-autoritárias. Todavia, muitas vezes, aceitam o discurso democrático, mas não o realizam como prática democrática.

A democracia é um processo globalizante, que deve atingir cada sujeito, na plenitude de sua personalidade, sendo que “não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la [...]”, no entanto “[...] a prática de nossas escolas está muito longe de atender ao requisito implícito nesta premissa” (PARO, 1997, p. 25). Nesse interim, é na relação com a formação do indivíduo que a “visão” de gestão eclode como centralidade dos fatos. A formação cultural, conforme Adorno (2003, p. 64), somente pode ser adquirida mediante a espontaneidade e interesse do indivíduo, inerente “[...] a disposição aberta, a capacidade de se abrir a elementos do espírito, apropriando-os de modo produtivo na consciência, em vez de se ocupar com os mesmos unicamente para aprender, conforme prescreve um clichê insuportável”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente a necessidade de considerar a ideia de formação cultural para alicerçar a compreensão de gestão escolar democrática. A efetivação das ações

no ambiente escolar (ou a não efetivação), condizentes à concepção de gestão democrática, está estreitamente vinculada com a formação cultural obtida/construída pelos sujeitos no decorrer de sua existência. E aqui, de modo específico, o perfil do gestor, com tendências democráticas ou autoritárias, pode ser determinado por sua formação, enquanto pertencente a determinado grupo social, familiar ou contexto socioeconômico.

Indicações proximais à gestão democrática, como participação e autonomia, somente adquirem status potenciais de efetivação no ambiente escolar, a partir da relação de auto formação e conhecimento de si por parte dos sujeitos pertencentes ao meio e com o próprio meio. A participação, por um lado, deve constituir-se como espaço dialógico de criação de mecanismos para a inclusão da comunidade escolar nas decisões das instituições escolares e, por outro, como autonomia, resultante da capacidade do indivíduo em se compreender como *ser* capaz de refletir e conduzir seus próprios direcionamentos.

O afastamento de preceitos autoritários por parte dos gestores e professores é elemento necessário à gestão democrática. Esse afastamento, no entanto, requer desejo de modificar as práticas nocivas a participação da comunidade escolar. E o desejo de transformação é resultante do entendimento (da formação) que há sobre concepção de gestão. No entanto, a gestão democrática – participativa - está à mercê de fatores que extrapolam o interior da escola, fatores estes que dizem respeito ao Estado e a seu viés de aplicabilidade de políticas educacionais, que podem tanto diminuir quanto maximizar a participação e o autoritarismo no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**, ano 17, n.56, p. 24-56, set./dez. 1996.

_____. **Educação e emancipação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2003.

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CENCI, Ângelo. **Elogio da formação**. Passo Fundo, 2016 (Mimeo).

FABRE, Michel. “Experiencia y formación: la Bildung”. **Revista Educación y Pedagogía**. Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación, vol. 23, num. 59, enero – abril, 2011; pp. 215-225.

LIBÂNEO, José; OLIVEIRA, João; TOSCHI, Mirza. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCE, Maria; MEDEIROS, Isabel. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências. In: LUCE, Maria B.; MEDEIROS, Isabel P. (org.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

LUCK, Heloisa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 6. ed. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2009.

NOGUEIRA, Marco. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, Vítor. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

SUAREZ, Rosana. **Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural)**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.ph?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2005000200005. Acesso em: 29.05.2016.

TOMMASELLI, Guilherme. **Formação e semiformação nos escritos educacionais de Theodor Adorno**. Marília: UNESP, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, 2012.

ZUIN, Antônio; PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton. **Adorno: o poder educativo do pensamento crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-467-2

